



ACABAR COM A IMPUNIDADE E OS PRIVILÉGIOS

O Brasil convive há décadas com um problema estrutural de corrupção, privilégios e baixa responsabilização das elites políticas e burocráticas.

O país ocupou a 107ª posição no Índice de Percepção da Corrupção em 2024, repetida em 2025, o que evidencia a dificuldade de sustentar avanços consistentes no combate à corrupção. Ao mesmo tempo, a própria estrutura do Estado abriga distorções graves: hoje, mais de 53 mil servidores ativos e inativos recebem acima do teto constitucional, com custo anual estimado em cerca de R\$ 20 bilhões, enquanto o orçamento público segue sendo capturado por interesses políticos, com bilhões em emendas parlamentares distribuídas sem transparência adequada.

O resultado é a percepção, cada vez mais evidente para a população, de que a lei não vale da mesma forma para todos: quem está próximo do poder paga menos pelos seus erros, custa mais ao contribuinte e segue protegido por um sistema de privilégios. Essa assimetria não é apenas um problema ético, mas um entrave direto ao desenvolvimento do país, corroendo a confiança nas instituições, piorando a qualidade do gasto público e afastando investimentos. Enfrentar esse quadro exige uma ação em três eixos principais:

Propostas:

FAZER A LEI VALER PARA TODOS

- Acabar com o foro privilegiado, garantindo que a Justiça investigue e prenda os políticos corruptos
- Endurecer a pena do crime de corrupção e autorizar a progressão de pena somente após a devolução do dinheiro desviado
- Indicar um Procurador-Geral da República comprometido a investigar qualquer autoridade, sem exceções
- Monitorar, por meio de um órgão independente, o avanço patrimonial de políticos e funcionários da alta administração

ELIMINAR PRIVILÉGIOS E MORDOMIAS DA ELITE POLÍTICA

- Acabar com privilégios como supersalários, férias de 60 dias e a aposentadoria compulsória da elite do funcionalismo
- Acabar com os abusos e luxos nas viagens e gastos corporativos da classe política

TORNAR A TRANSPARÊNCIA A REGRA NO GOVERNO

- Acabar com sigilo de 100 anos e tornar a divulgação ativa de dados a regra na gestão pública
- Garantir que qualquer cidadão possa acessar dados do governo sem burocracia

FAZER A LEI VALER PARA TODOS

Acabar com o foro privilegiado, garantindo que a Justiça investigue e prenda os políticos corruptos

Limitar drasticamente o foro privilegiado para apenas o presidente da república, de modo que as autoridades não possam se favorecer da morosidade e, eventualmente, da sua proximidade com o STF para não serem julgadas, levando os intocáveis a uma justiça mais célere e imparcial.

Endurecer a pena do crime de corrupção e autorizar a progressão de pena somente após a devolução do dinheiro desviado

Aumentar as penas para crimes de corrupção e condicionar a progressão de regime à devolução integral dos recursos desviados, para que ninguém fique com os recursos dos brasileiros indevidamente.

Indicar um Procurador-Geral da República comprometido a investigar qualquer autoridade, sem exceções

Assegurar que a indicação para a Procuradoria-Geral da República seja técnica e de alguém comprometido com uma agenda de combate à corrupção em todos os poderes e níveis de governo.

Monitorar, por meio de um órgão independente, o avanço patrimonial de políticos e funcionários da alta administração

Obrigar os políticos e os ocupantes dos altos cargos do governo, em razão da sua responsabilidade com o país, a compartilhar, sob sigilo, com um órgão independente a sua declaração do imposto de renda, para que a sua evolução possa ser monitorada e indícios de enriquecimento ilícito identificados e investigados.



ELIMINAR PRIVILÉGIOS E MORDOMIAS DA ELITE POLÍTICA

Acabar com privilégios como supersalários, férias de 60 dias e a aposentadoria compulsória da elite do funcionalismo

Regulamentar as verbas indenizatórias que podem ser pagas acima do limite remuneratório previsto na Constituição Federal e aplicar este limite a todos os profissionais do setor público, incluindo conselheiros de administração de empresas estatais, também reduzir férias e licenças especiais, limitando férias de membros do Judiciário e do Ministério Público a 30 dias anuais e extinguir auxílios e licenças não previstos no setor privado, bem como acabar com a possibilidade de aposentadoria compulsória como punição.



Acabar com os abusos e luxos nas viagens e gastos corporativos da classe política

Racionalizar despesas de representação, limitando gastos em viagens nacionais e internacionais e proibindo o uso de carros, aviões oficiais e cartões corporativos para fins privados.



TORNAR A TRANSPARÊNCIA A REGRA NO GOVERNO

Acabar com sigilo de 100 anos e tornar a divulgação ativa de dados a regra na gestão pública

Tornar a transparência a regra na gestão pública, avançando com a digitalização do governo e a divulgação dos dados em formato aberto, acabando com a possibilidade de sigilos de 100 anos e ampliando as informações divulgadas sobre as despesas públicas, com a inclusão de notas fiscais, uso de imóveis e repasses a organizações da sociedade civil conveniadas.

Garantir que qualquer cidadão possa acessar dados do governo sem burocracia

Permitir a realização de solicitações de informação em anonimato e deixar explícito que a proteção de dados pessoais ou fundamentações genéricas como "segurança pessoal" não podem ser utilizadas para restringir o acesso a informações de interesse público, como dados sobre agentes públicos, contratos, convênios e uso de recursos públicos.

